

# "Cidade de Porte Médio" tem obras adiadas

O governo do Estado adiou para 1983 o início de vários projetos no valor de Cr\$ 600 milhões, ligados ao projeto Especial de Cidade de Porte Médio. Com o adiamento, não serão desenvolvidos os projetos de legalização fundiária dos lotes urbanizados de Porto de Santana, Maria Ortiz, Santa Teresa e Santa Rita.

O secretário-chefe da Coordenação de Planejamento Otávio Guimarães alegou ontem que o principal motivo do adiamento dos projetos de legalização fundiária, é que o processo é "muito demorado". Estamos encontrando dificuldades para desenvolver esse tipo de projeto, tendo em vista a complexidade do assunto. Nós, nesse caso estamos dependendo do Serviço do Patrimônio da União e também do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano que está batalhando a mudança na estrutura de legalização de terreno de marinha".

Um outro projeto, que também será adiado para o próximo ano é o da reforma do Mercado da Vila Rubim, que inicialmente foi colocada como obra prioritária pelos técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves, que elaboraram todo o projeto especial. Com relação a esse projeto o Secretário

explicou que existem vários problemas, sobre questão administrativas do mercado estão impedindo o desenvolvimento do projeto. "Nesse caso também outros projetos que serão desenvolvidos este vão complementar a infra-estrutura necessária para a reforma do mercado".

As principais obras que serão desenvolvidas este ano dentro do projeto Especial de Cidades de Porte Médio, nos aglomerados de Santa Marta e Santa Teresa, em Vitória; Santa Rita, em Vila Velha, e Porto de Santana em Cariacica, são as seguintes: reforma das rodovias Carlos Lindenberg e José Sette; melhorias urbanas em Vitória, Cariacica e Vila Velha, e o plano de transporte coletivo de Vitória.

As obras de reforma da rodovia Carlos Lindenberg, serão iniciadas no próximo mês, segundo assegurou ontem o Secretário Otávio Guimarães. "No próximo dia 23, serão assinados todos os convênios entre a Unidade Administrativa do Sub-Projeto e as chamadas Unidades executoras, que são a Cesan, o DER, Secretarias de Bem-Estar, Educação, Interior e Transportes e Saúde".